

Equador invade embaixada, e México rompe relações

Polícia equatoriana entrou à força em representação diplomática para prender ex-vice-presidente Jorge Glas, que é acusado de corrupção e recebeu asilo do governo mexicano em meio a uma disputa entre Noboa e López Obrador

CONTEÚDO DE PÁGINA

Na culminação de uma crise diplomática que vinha se agravando desde o meio da semana, o México declarou na madrugada de ontem "o rompimento imediato" das relações diplomáticas com o Equador depois que agentes da polícia equatoriana invadiram a embaixada mexicana em Quito, na noite de sexta-feira, para prender o ex-vice-presidente Jorge Glas, alvo de um mandado de prisão por suposta corrupção e abrigado no prédio desde dezembro. O governo mexicano ordenou a retirada de seu pessoal diplomático de Quito e anunciou que vai recorrer à Corte Interamericana de Justiça. A invasão ocasionou forte condenação dos países vizinhos.

"Dada a flagrante violação da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e os ferimentos sofridos pelo pessoal diplomático mexicano no Equador, o México anuncia o rompimento imediato das relações diplomáticas com o Equador", escreveu a chanceler Alicia Bárcena na rede social X (ex-Twitter).

DISCUSSÃO SOBRE ASILO

O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, completou em sua conta na mesma rede social que a invasão foi "uma violação flagrante do direito internacional e da soberania do México".

Ex-vice dos presidentes esquerdistas Rafael Correa e León Moreno, entre 2013 e 2018, Glas estava na embaixada desde 17 de dezembro como "hóspede", alegando ser vítima de uma perseguição po-

lítica pela Procuradoria-Geral do Equador e temer por sua segurança. Na ocasião, um juiz pediu sua prisão. Horas antes da invasão, ele recebeu asilo oficial do México, que pediu salvo-conduto para que deixasse o país — rejeitado pelo governo de Daniel Noboa. As autoridades do Equador já haviam pedido a missões diplomáticas autorização para a entrada da polícia para prender Glas, o que foi rejeitado pelo México.

A invasão ocorreu pouco depois das 22h (meia-noite em Brasília), quando a polícia entrou na embaixada para fazer cumprir a medida cautelar que determinava a Glas apresentação periódica à Justiça e a ordem de prisão preventiva por suposto desvio de fundos públicos destinados

à reconstrução de cidades costeiras após um devastador terremoto em 2016. Glas, de 54 anos, já tinha duas condenações por corrupção — por associação ilícita no caso Odebrecht e subornos — e cumpria prisão desordenada de sentença. Desde dezembro de 2022, ele estava livre por meio de um recurso judicial.

O governo equatoriano justificou a invasão — que viola regras do direito internacional de proteção a representações diplomáticas — alegando que a concessão de asilo pelo México a Glas fora ilegal pelo fato de os crimes pelos quais o ex-vice já fora condenado e agora novamente acusado eram de corrupção, e não de caráter político.

"Nenhum criminoso pode

ser considerado perseguido politicamente. Jorge Glas foi condenado com pena executória e teve mandado de prisão expedido pelas autoridades competentes", disse o governo equatoriano em comunicado, acusando o México de "interferência no Estado de direito e na soberania nacional" e de "ingerência nos assuntos internos do país" ao conceder o asilo. A pasta da Comunicação destacou que "cada embaixada tem um único propósito: servir de espaço diplomático com o objetivo de fortalecer as relações entre os países".

CRISE CRESCENTE
A crise diplomática começou a tomar formato na quarta-feira, quando Obrador sugeriu que o assassinato do candidato

presidencial equatoriano Fernando Villavicencio dias antes do primeiro turno eleitoral, em agosto de 2023, teria influenciado as tendências de votação nas eleições de outubro, vencidas por Noboa, em detrimento da candidatura de esquerda, Luisa González, do partido de Glas. Como resposta, a Chancelaria equatoriana, na quinta-feira, declarou persona non grata a embaixadora mexicana em Quito, Raquel Serrur, determinando sua expulsão do país sob alegação de que as declarações de Obrador "defendem o Estado equatoriano, os equatorianos".

Com a tensão aumentando, o governo mexicano decidiu tomar fimato na quarta-feira, argumentando que o Equador era obrigado por lei

internacional a conceder o salvo-conduto. "O direito de asilo é sagrado e estamos agindo em plena coerência com as convenções internacionais, concedendo asilo a Jorge Glas. Confiemos no governo do Equador dará passagem segura o mais rápido possível", disse a chanceler mexicana.

SEGURANÇA MÁXIMA

Na sexta-feira, policiais uniformizados fecharam a principal avenida de acesso. Horas antes, havia grupos militares nas proximidades da entidade diplomática. Agentes chegaram à embaixada mexicana em veículos pretos, arrombaram as portas externas da instalação localizada no norte da capital equatoriana e entraram nos pátios para prender Glas, que foi levado para a prisão de segurança máxima de La Roca, em Guayaquil. Roberto Canseco, funcionário diplomático encarregado da embaixada, tentou impedir a prisão, mas foi contido e jogado ao solo por policiais.

—O que acabamos de ver é o atropelo do direito internacional — disse a rede CNN.

—É totalmente inaceitável. Exilado na Bélgica, o ex-presidente Rafael Correa criticou, em seu perfil no X, a ação ordenada por Noboa, alegando que ela "não tem precedentes na história latino-americana" e que "nem mesmo nas piores ditaduras a embaixada de um país foi violada". E completou: "Não vivemos num Estado de direito, mas num Estado de barbárie, com um sistema improvisado que confunde a Patria com uma das suas fazendas de banana."



Capturado. O ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas é escoltado pela polícia do país ao chegar à prisão de segurança máxima de La Roca, em Guayaquil

Convenção de Viena protege embaixadas

Na teoria, Jorge Glas não poderia ser preso em território estrangeiro porque o local está legalmente fora do alcance das autoridades nacionais. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, estabelece em seu Artigo 22 que as sedes diplomáticas são invioláveis e que os agentes responsáveis pela aplicação da lei, onde quer que estejam localizados, não podem entrar nelas sem consentimento do chefe da missão.

Além disso, diz a "lei do Estado receptor" tem a obrigação especial de tomar todas as medidas apropriadas para proteger as instalações da missão contra qualquer intrusão ou dano e para evitar que a tranquilidade da missão seja perturbada ou sua dignidade seja violada. "As instalações da missão, o seu mobiliário e demais bens situados no local, bem como os meios de transporte da missão, não podem

ser objeto de qualquer busca, requisição, apreensão ou medida de coação", reafirma o documento.

→ Ao jornal equatoriano El Universo, Esteban Santos, professor de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade das Américas, disse que a ação do Equador foi "insana". O analista afirmou que, embora ambos os países sejam signatários da Convenção de Viena de 1961, o governo equatoriano não

respeitou o acordo.

— Conforme o direito internacional, o Equador estava certo em não conceder um salvo-conduto [a Glas, para deixar o país]. Mas entrar à força e retirar uma pessoa de dentro de uma delegação diplomática é insano, impensável e repudiável — destacou Santos.

→ O analista internacional Michel Levi, coordenador do Centro Andino de Estudos Internacionais da

Universidade Andina Simón Bolívar em Quito, considerou as violações ao direito internacional por ambas as partes. Também ao El Universo, ele explicou que, ainda que o Equador tenha violado o Artigo 22 da Convenção de Viena ao entrar na embaixada sem o consentimento, o México, ao conceder asilo político a uma pessoa com processos criminais concluídos, também violou a Convenção sobre Asilo de 1954.

Brasil e países vizinhos condenam ação equatoriana

Governos apontam violação de legislação internacional de proteção a representações diplomáticas; OEA cobra respeito às normas

ELIANE OLIVEIRA
@elianeoliveira

A polícia equatoriana invadiu a embaixada do México no Equador, líderes de países vizinhos se manifestaram nas redes sociais. O caso levou ao rompimento das relações diplomáticas entre as duas nações, e chefes de Estado condenaram a incursão. Na lista de críticos estão os governos da Colômbia, Venezuela, Honduras, Chile, Cuba, Brasil e Argentina.

Em nota divulgada ontem pelo Itamaraty, o Brasil repudiou a invasão. O comunicado pontuou que "o governo brasileiro condena, nos mais firmes termos, a ação empreendida por forças policiais equatori-

nas na embaixada mexicana em Quito", ressaltando, ainda, que "a medida levada a cabo pelo governo equatoriano constitui grave precedente, cabendo ser objeto de enérgico repúdio, qualquer que seja a justificativa para sua realização". Na avaliação de Brasília, a medida também foi uma clara violação às convenções mencionadas pelos demais líderes.

No X, o presidente Luis Ignacio Luján Silva divulgou a nota emitida pelo Itamaraty e escreveu: "Toda a minha solidariedade ao presidente e amigo López Obrador".

No X (antigo Twitter), o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, afirmou que "a Convenção de Viena e a soberania mexicana do Equador foram quebradas". Ele expressou solidari-

iedade aos diplomatas mexicanos em Quito, e escreveu: "Insisto que a América Latina e o Caribe, independentemente das contradições sociais e políticas em cada país, devem manter vivos os preceitos do direito internacional". Petro destacou que "a Colômbia respeita o direito universal ao asilo político".

'SEM PRECEDENTES'

Em um comunicado, a Venezuela, Juan Gil, informou que transmitiu a solidariedade absoluta do presidente Nicolás Maduro ao chefe de Estado do México, Andrés Manuel López Obrador, "diante desse ato de barbárie". Também no X, Maduro publicou que "o governo de direita pró-americano do Equador violou brutalmente o

direito internacional" ao "sequestrar um refugiado político, reconhecido como tal pelo governo mexicano".

A crítica foi seguida por Xiomara Castro, presidente de Honduras, que afirmou que o ato era "intolerável para a comunidade internacional", pois "ignora o histórico e fundamental direito ao asilo".

Pouco depois, o presidente da Bolívia, Luis Arce, anunciou que o país "condena veementemente a incursão da polícia equatoriana da Embaixada do México", evento destacado por ele como "sem precedentes na história do direito internacional". Arce descreveu a invasão como "inaceitável incidente" que "atenta contra a soberania mexicana e viola os princípios estabelecidos

em leis internacionais".

O presidente do Chile, Gabriel Boric, afirmou que o caso era "inaceitável". Em nota, a Chancelaria do país enfatizou a Convenção de Viena, que "estabelece que os locais da missão são invioláveis, e os agentes do Estado receptor não podem penetrar neles sem o consentimento do chefe da missão". A pasta manifestou "preocupação com a violação do direito ao asilo", que "é reconhecido como uma contribuição da América Latina para o direito internacional".

ASILO A VENEZUELANOS

O chanceler de Cuba, Bruno Rodríguez, descreveu o acontecimento como "uma flagrante violação" da Convenção de Viena, do direito ao asilo

lo e da soberania do México.

A Argentina se uniu aos países da região e, em comunicado, condenou o ocorrido em Quito. A Chancelaria argentina relembrou a Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954, afirmando que recentemente concedeu essa condição a líderes políticos da oposição venezuelana, e pediu a "plena observância das disposições desse instrumento internacional, assim como das obrigações decorrentes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas".

Em nota, a Organização dos Estados Americanos se uniu às críticas, alegando que "o direito internacional é uma norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas", de modo que "é fundamental o estrito cumprimento por parte de todos os Estados das normas que regulam a proteção, o respeito à inviolabilidade dos locais das missões diplomáticas e dos escritórios consulares". (Com agências internacionais)